

Alexandre Mazza

Pós-doutorando na Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Professor de Direito Administrativo e Direito Tributário da Rede LFG.

Autor das obras *Manual de Direito Tributário*,

Administrativo #naprática, *Tributário #naprática* e *Relação Jurídica de Administração Pública*, todas pela Editora Saraiva. Advogado.





Manual de DIREITO ADMINISTRATIVO

8ª edição

2018

saraiva 

ISBN 978-85-472-2766-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Sotor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Mazza, Alexandre

Manual de direito administrativo / Alexandre Mazza. – 8.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.1. Direito administrativo 2. Direito administrativo - Brasil
I. Título.

17-1528

CDU 35(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito administrativo 35(81)

Data de fechamento da edição: 16-11-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604637 CAE 624034

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angelel Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Bruna Schindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteadó
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Projeto gráfico Mônica Landi

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Bruno Ortega

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão e acabamento Ricargraf

111 3635

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota do autor à 8ª edição</i>	31
<i>Nota do autor à 1ª edição</i>	33
1 NOÇÕES GERAIS.....	37
1.1 Conceito de Direito Administrativo.....	37
1.2 Taxinomia do Direito Administrativo.....	38
1.3 Direito Administrativo <i>versus</i> Ciência da Administração.....	39
1.4 Administração burocrática <i>versus</i> Administração gerencial.....	39
1.4.1 “Estado em rede”.....	40
1.5 Características técnicas do Direito Administrativo.....	41
1.6 Critérios para definição do objeto do Direito Administrativo.....	42
1.7 Regras, princípios e normas.....	44
1.7.1 Diferenças entre princípios e normas.....	45
1.8 Objeto imediato e mediato do Direito Administrativo.....	48
1.9 Direito Administrativo como “direito comum”.....	48
1.10 Pressupostos do Direito Administrativo.....	48
1.11 Autonomia do Direito Administrativo.....	49
1.12 Estado, Governo, Poder Executivo, administração pública, Poder Executivo e poder público.....	49
1.13 Sentidos da expressão “Administração Pública”.....	51
1.13.1 O que significa a expressão “Fazenda Pública”?.....	52
1.13.2 Administração Pública introversa e extroversa.....	53
1.14 Tarefas precípua da Administração Pública moderna.....	53
1.15 Interpretação do Direito Administrativo.....	54
1.16 Relação com outros ramos.....	55
1.17 Codificação do Direito Administrativo.....	59
1.18 Fontes do Direito Administrativo.....	61
1.19 Sistemas administrativos.....	62
1.19.1 Sistema da jurisdição una.....	63
1.19.2 Sistema do contencioso administrativo.....	63
1.20 Competência para legislar.....	65
1.21 Reserva de Lei Complementar no Direito Administrativo.....	66
1.22 Iniciativa de Projetos de Lei.....	67

1.23	Função administrativa.....	67
1.23.1	Conceito.....	69
1.24	Função administrativa e função de governo.....	76
1.25	Tendências do Direito Administrativo moderno.....	77
1.26	Dez dicas especiais para a véspera da prova.....	80
1.27	Quadro sinótico.....	82
1.28	Questões.....	90
	Gabarito.....	99
2	PRINCÍPIOS.....	101
2.1	Importância dos princípios administrativos.....	101
2.2	Dupla funcionalidade dos princípios.....	102
2.3	Princípios como mandamentos de otimização.....	102
2.4	Regime jurídico-administrativo.....	102
2.5	Supraprincípios do Direito Administrativo.....	103
2.5.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	103
2.5.2	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	105
2.6	Princípios constitucionais do Direito Administrativo.....	106
2.6.1	Princípio da participação (art. 37, § 3º, da CF).....	107
2.6.2	Princípio da celeridade processual (art. 5º, LXXVIII, da CF).....	107
2.6.3	Princípio do devido processo legal formal e material (art. 5º, LIV, da CF)	108
2.6.3.1	Devido processo legal como garantia finalística.....	109
2.6.3.2	Devido processo legal diferido no tempo (<i>a posteriori</i>). Providências acauteladoras.....	110
2.6.4	Princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF).....	110
2.6.5	Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).....	110
2.6.5.1	Princípio do duplo grau.....	111
2.6.6	Princípio da legalidade.....	111
2.6.6.1	Conceito.....	111
2.6.6.2	Legalidade: sentido negativo e sentido positivo.....	112
2.6.6.3	Bloco da legalidade e princípio da juridicidade.....	112
2.6.6.4	Tríplice fundamento constitucional.....	113
2.6.6.5	Legalidade privada e legalidade pública.....	115
2.6.6.6	Exceções à legalidade.....	116
2.6.6.7	Teoria da supremacia especial.....	116
2.6.7	Princípio da impessoalidade.....	118
2.6.7.1	Subprincípio da vedação da promoção pessoal.....	119
2.6.8	Princípio da moralidade.....	120
2.6.8.1	Conteúdo jurídico da moralidade administrativa.....	122
2.6.8.2	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....	124
2.6.8.3	O problema da “moral paralela”.....	124
2.6.8.4	Súmula Vinculante n. 13 do STF (antinepotismo).....	125
2.6.8.5	Resolução n. 7 do CNJ (antinepotismo).....	126
2.6.8.6	Instrumentos para defesa da moralidade.....	127
2.6.8.7	Lei de Improbidade Administrativa.....	128
2.6.9	Princípio da publicidade.....	128
2.6.9.1	Transparência, divulgação oficial e publicação. Divulgação de vencimentos dos servidores públicos.....	129

2.6.9.2	Objetivos da publicidade.....	130
2.6.9.3	Formas de publicidade.....	130
2.6.9.4	Natureza jurídica da publicação dos atos gerais.....	130
2.6.9.5	Exceções à publicidade.....	131
2.6.9.6	Atos secretos e improbidade administrativa.....	131
2.6.9.7	Nova lei de acesso à informação (Lei n. 12.527/2011).....	132
2.6.10	Princípio da eficiência.....	133
2.6.10.1	Eficiência, eficácia e efetividade.....	134
2.6.10.2	Institutos correlatos.....	134
2.7	Princípios infraconstitucionais.....	135
2.7.1	Princípio da autotutela.....	135
2.7.2	Princípio da obrigatória motivação.....	136
2.7.2.1	Motivação, motivo, causa, móvel e intenção real.....	137
2.7.2.2	Cronologia entre motivo, ato e motivação.....	137
2.7.2.3	Abrangência do dever de motivar.....	138
2.7.2.4	Motivação dispensada.....	138
2.7.2.5	Momento da motivação.....	139
2.7.2.6	Três atributos da motivação.....	139
2.7.2.7	Motivação <i>aliunde</i>	139
2.7.2.8	Teoria dos motivos determinantes.....	139
2.7.3	Princípio da finalidade.....	140
2.7.4	Princípio da razoabilidade.....	141
2.7.5	Princípio da proporcionalidade.....	142
2.7.5.1	Proporcionalidade perante a lei e proporcionalidade na lei.....	143
2.7.5.2	Os subprincípios da proporcionalidade na jurisprudência do STF: a teoria dos três testes.....	143
2.7.5.3	A proliferação dos elementos integrantes da proporcionalidade.....	144
2.7.6	Princípio da responsabilidade.....	145
2.7.7	Princípio da segurança jurídica: visão clássica.....	146
2.7.7.1	Segurança jurídica prevista na Constituição Federal.....	147
2.7.7.2	Boa-fé, segurança jurídica e proteção à confiança legítima.....	147
2.7.7.3	Princípio da segurança jurídica em sentido objetivo (<i>rechtssicherheit</i>). A endossegarança.....	148
2.7.7.4	Proteção à confiança legítima (<i>vertrauensschutz</i>).....	148
2.7.7.4.1	Justificativas para manutenção de atos ilegais....	149
2.7.7.4.2	O caso da viúva de Berlim.....	149
2.7.7.4.3	Confiança ilegítima?.....	150
2.7.7.4.4	Aplicações práticas da proteção à confiança.....	150
2.7.7.4.5	Requisitos para aplicação do princípio.....	150
2.7.7.4.6	Excludentes da proteção à confiança.....	151
2.7.7.5	Autovinculação da Administração.....	151
2.7.7.6	Teoria dos atos próprios (<i>venire contra factum proprium</i>). Requisitos para aplicação.....	151
2.7.7.7	Diferenças entre a teoria dos atos próprios e o princípio da proteção à confiança legítima.....	152
2.7.7.8	Segurança jurídica e 5 anos para anular atos ilegais. Estabilização de benefícios ilegais.....	152
2.7.7.8.1	Anulação de atos praticados antes da Lei n. 9.784/99.....	153

2.7.7.9	Teoria do <i>prospective overruling</i>	153
2.7.8	Princípio da boa administração.....	153
2.7.9	Princípio do controle judicial ou da sindicabilidade.....	153
2.7.10	Princípios da continuidade do serviço público e da obrigatoriedade da função administrativa.....	154
2.7.11	Princípio da descentralização ou especialidade.....	155
2.7.12	Princípio da presunção de legitimidade.....	155
2.7.13	Princípio da isonomia.....	156
2.7.14	Princípio da hierarquia.....	158
2.7.15	Outros princípios.....	159
2.8	Princípios de meio e princípios finalísticos.....	160
2.9	Art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99.....	161
2.10	Quadro sinótico.....	162
2.11	Questões.....	169
	Gabarito.....	191
3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	193
3.1	Introdução.....	193
3.2	Concentração e desconcentração.....	193
3.2.1	Espécies de desconcentração.....	195
3.3	Centralização e descentralização.....	195
3.4	Relações entre os dois fenômenos.....	195
3.5	Comparação entre desconcentração e descentralização.....	196
3.6	Teoria do órgão público.....	197
3.6.1	Teoria da imputação volitiva de Otto Gierke.....	197
3.6.1.1	Previsão constitucional da teoria da imputação volitiva.....	198
3.6.1.2	Desdobramentos da teoria da imputação volitiva.....	198
3.6.2	Espécies de órgãos públicos.....	199
3.6.2.1	Órgãos administrativos despersonalizados anômalos.....	200
3.6.2.2	Natureza especial dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.....	200
3.6.3	Conceitos de órgão, entidade e autoridade na Lei n. 9.784/99.....	201
3.7	Personalidade estatal.....	201
3.7.1	Entidades federativas <i>versus</i> entidades públicas da Administração Indireta.....	202
3.8	Entidades da Administração Pública Indireta. Devido processo legal de criação.....	204
3.8.1	Autarquias.....	204
3.8.1.1	Características.....	205
3.8.1.2	Espécies de autarquias.....	207
3.8.1.2.1	Natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil.....	208
3.8.2	Fundações públicas.....	209
3.8.3	Agências reguladoras.....	210
3.8.3.1	Cronologia de criação das agências federais.....	211
3.8.3.2	Natureza jurídica.....	213
3.8.3.2.1	Quarentena.....	215
3.8.3.2.1.1	Características da quarentena brasileira.....	215
3.8.3.3	Diretorias colegiadas.....	215

3.8.3.3.1	Existe liberdade absoluta na escolha dos dirigentes das agências?	216
3.8.3.4	Classificação das agências reguladoras.....	216
3.8.3.5	Poder normativo.....	217
3.8.3.5.1	Teoria da deslegalização (delegificação)	218
3.8.3.6	Supervisão ministerial e recursos hierárquicos impróprios	220
3.8.4	Agências executivas.....	222
3.8.4.1	Histórico	222
3.8.4.2	Características	223
3.8.4.3	Comparação entre agências executivas e agências reguladoras	224
3.8.5	Associações públicas	224
3.8.6	Empresas estatais	226
3.8.6.1	Empresas públicas.....	227
3.8.6.1.1	Características.....	228
3.8.6.2	Sociedades de economia mista	229
3.8.6.2.1	Características.....	229
3.8.7	Outras características das empresas públicas e sociedades de economia mista	230
3.8.7.1	Empresas subsidiárias e empresas controladas.....	231
3.8.8	Fundações governamentais de direito privado.....	232
3.8.9	Empresas subsidiárias	234
3.8.10	Fundações de apoio	234
3.8.11	Novo Estatuto Jurídico da Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Subsidiárias (Lei n. 13.303/2016)	235
3.8.11.1	Extinção do procedimento licitatório simplificado no âmbito da Petrobras.....	238
3.9	Entes de cooperação.....	238
3.9.1	Entidades paraestatais. Serviços sociais do Sistema “S”.....	238
3.9.1.1	Características	240
3.9.2	Terceiro setor	241
3.9.2.1	Organizações sociais	242
3.9.2.2	Oscips.....	244
3.9.2.3	Comparação entre organizações sociais e Oscips.....	246
3.9.2.3.1	O novo regime das parcerias voluntárias (Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014)	247
3.10	Quadro sinótico	250
3.11	Questões.....	265
	Gabarito	292
4	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	293
4.1	Função dogmática da teoria do ato administrativo.....	293
4.2	Atos administrativos e demais atos jurídicos.....	294
4.3	Conceitos doutrinários.....	295
4.4	Nosso conceito	295
4.5	Fato administrativo	296
4.6	Atos da Administração.....	300
4.7	Silêncio administrativo	301
4.8	Atributos do ato administrativo.....	303
4.8.1	Presunção de legitimidade.....	303

4.8.1.1	Presunções de validade, legalidade, veracidade, legitimidade e licitude	305
4.8.2	Imperatividade ou coercibilidade	305
4.8.3	Exigibilidade	306
4.8.4	Autoexecutoriedade	306
4.8.5	Tipicidade	308
4.8.6	Outros atributos	309
4.9	Existência, validade e eficácia	309
4.9.1	Existência ou perfeição do ato administrativo.....	310
4.9.1.1	Teoria do ato administrativo inexistente	312
4.9.2	Validade do ato administrativo	316
4.9.3	Eficácia do ato administrativo	317
4.10	Mérito do ato administrativo.....	318
4.10.1	Controle judicial triplice sobre o mérito do ato administrativo.....	318
4.10.2	Grave inoportunidade e grave inconveniência	319
4.11	Requisitos do ato administrativo.....	319
4.11.1	Corrente clássica (Hely Lopes Meirelles).....	320
4.11.1.1	Resolução n. 160 do Contran e os sinais sonoros emitidos pelos agentes de trânsito por meio de silvos de apito.....	322
4.11.2	Corrente moderna (Celso Antônio Bandeira de Mello)	323
4.11.3	Diferentes teorias sobre a nulidade do ato	324
4.12	Vícios em espécie	326
4.13	Classificação dos atos administrativos.....	329
4.13.1	Atos discricionários e atos vinculados.....	329
4.13.2	Atos simples, compostos e complexos	331
4.13.3	Outras classificações dos atos administrativos	333
4.13.3.1	Quanto aos destinatários	333
4.13.3.2	Quanto à estrutura.....	334
4.13.3.3	Quanto ao alcance.....	334
4.13.3.4	Quanto ao objeto.....	334
4.13.3.5	Quanto à manifestação de vontade.....	334
4.13.3.6	Quanto aos efeitos.....	335
4.13.3.7	Quanto ao conteúdo.....	335
4.13.3.8	Quanto à situação jurídica que criam	335
4.13.3.9	Quanto à eficácia.....	336
4.13.3.10	Quanto à exequibilidade	336
4.13.3.11	Quanto à retratabilidade	336
4.13.3.12	Quanto ao modo de execução	337
4.13.3.13	Quanto ao objetivo visado pela Administração	337
4.13.3.14	Quanto à natureza da atividade.....	337
4.13.3.15	Quanto à função da vontade administrativa	338
4.14	Espécies de ato administrativo	338
4.14.1	Atos normativos	339
4.14.2	Atos ordinatórios	340
4.14.3	Atos negociais	341
4.14.4	Atos enunciativos.....	343
4.14.4.1	Natureza jurídica e espécies de parecer.....	343
4.14.4.1.1	Parecer obrigatório.....	344
4.14.4.1.2	Parecer facultativo.....	345

4.14.4.1.3	Parecer vinculante	345
4.14.4.1.4	Parecer não vinculante	346
4.14.4.1.5	Parecer normativo	346
4.14.4.1.6	Parecer comum.....	346
4.14.4.1.7	Parecer suspensivo	346
4.14.4.1.8	Parecer não suspensivo	347
4.14.4.1.9	Parecer de mérito.....	347
4.14.4.1.10	Parecer de legalidade	347
4.14.4.11	Parecer referencial.....	347
4.14.4.12	Responsabilidade do parecerista.....	347
4.14.5	Atos punitivos	348
4.14.6	Espécies de ato quanto à forma e quanto ao conteúdo	348
4.15	Extinção do ato administrativo	349
4.15.1	Revogação	350
4.15.1.1	Competência para revogar	351
4.15.1.2	Objeto do ato revocatório	351
4.15.1.3	Fundamento e motivo da revogação.....	351
4.15.1.4	Efeitos da revogação	352
4.15.1.5	Natureza do ato revocatório	352
4.15.1.6	Forma do ato revocatório.....	352
4.15.1.7	Natureza da revogação.....	352
4.15.1.8	Características da competência revocatória.....	352
4.15.1.9	Limites ao poder de revogar	352
4.15.1.10	Revogação de atos complexos	353
4.15.1.11	Anulação da revogação: possibilidade	353
4.15.1.12	Revogação da revogação: polêmica. Efeito repristinatório ...	353
4.15.1.13	Revogação da anulação: impossibilidade.....	353
4.15.1.14	Anulação da anulação: possibilidade	354
4.15.1.15	Revogação e dever de indenizar.....	354
4.15.2	Anulação ou invalidação	354
4.15.2.1	Competência para anular	354
4.15.2.2	Objeto e natureza do ato anulatório	355
4.15.2.3	Efeitos da anulação	355
4.15.2.3.1	Modulação dos efeitos anulatórios.....	356
4.15.2.4	Forma do ato anulatório	356
4.15.2.5	Natureza da competência anulatória.....	356
4.15.2.6	Anulação e indenização.....	356
4.15.2.7	Limites ao dever anulatório	356
4.15.2.8	Comparação entre revogação e anulação	356
4.15.3	Cassação.....	357
4.15.4	Caducidade ou decaimento	357
4.15.5	Contraposição.....	357
4.15.6	Extinções inominadas.....	358
4.16	Convalidação	358
4.16.1	Teoria dos atos sanatórios	360
4.17	Conversão	360
4.18	Quadro sinótico	362
4.19	Questões.....	378
	Gabarito	406

5	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO.....	409
5.1	Poderes-deveres.....	409
5.2	Uso regular e irregular do poder.....	409
5.3	Abuso de poder.....	409
5.3.1	Abuso de poder pressupõe agente competente?.....	410
5.3.2	Crime de abuso de autoridade.....	410
5.3.3	Abuso de poder <i>versus</i> abuso de autoridade.....	412
5.4	Excesso de poder.....	413
5.5	Desvio de finalidade.....	414
5.5.1	Tredestinação lícita.....	415
5.5.1.1	Tredestinação <i>versus</i> adestinação.....	416
5.6	Poder vinculado.....	416
5.7	Poder discricionário.....	417
5.8	Poder disciplinar.....	421
5.9	Poder hierárquico.....	422
5.9.1	Delegação de competência.....	424
5.9.2	Avocação de competência.....	425
5.9.3	Supervisão ministerial.....	425
5.10	Poder regulamentar.....	426
5.10.1	Espécies de regulamento.....	427
5.10.2	Regulamentos autônomos ou independentes.....	427
5.10.3	Regulamento executivo e a função redutora da discricionariedade.....	429
5.10.4	Nem toda lei admite regulamentação.....	430
5.10.5	Poder regulamentar e previsão legal.....	430
5.10.6	Competência regulamentar e delegação.....	430
5.10.7	Referenda ministerial ou secretarial.....	431
5.11	Poder de polícia ou limitação administrativa.....	431
5.11.1	Poder de polícia: sentido amplo e sentido estrito.....	432
5.11.2	Conceitos doutrinários.....	433
5.11.3	Conceito legal de poder de polícia.....	434
5.11.4	Nosso conceito.....	434
5.11.5	Poder de polícia: vinculado ou discricionário?.....	436
5.11.6	Características.....	436
5.11.7	Polícia administrativa <i>versus</i> polícia judiciária.....	438
5.11.8	Alcance quinquipartite do poder de polícia.....	439
5.12	Quadro sinótico.....	441
5.13	Questões.....	446
	Gabarito.....	464
6	RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	465
6.1	Introdução.....	465
6.2	Evolução histórica.....	466
6.2.1	Teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873).....	466
6.2.2	Teoria da responsabilidade subjetiva (1874 até 1946).....	467
6.2.3	Teoria da responsabilidade objetiva (1947 até hoje).....	468
6.3	Evolução da responsabilidade estatal no direito positivo brasileiro.....	470
6.4	Linha do tempo.....	471
6.5	Responsabilidade na Constituição de 1988.....	473
6.5.1	Art. 37, § 6º, da CF e a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke.....	474

6.5.2	As cinco teorias decorrentes do art. 37, § 6º, da CF	475
6.6	Fundamentos do dever de indenizar	476
6.7	Risco integral e risco administrativo. Excludentes do dever de indenizar	476
6.8	Características do dano indenizável	479
6.9	Responsabilidade por atos lícitos	480
6.10	Danos por omissão	481
6.10.1	Tese da “reserva do possível”	483
6.11	Relações de custódia	484
6.11.1	A condição do preso	484
6.12	Ação indenizatória	487
6.12.1	A posição isolada da 4ª Turma do STJ	488
6.12.2	Prazo prescricional	489
6.13	Denúnciação à lide	489
6.14	Ação regressiva	490
6.15	Responsabilidade do servidor estatutário federal na Lei n. 8.112/90	491
6.16	Responsabilidade dos concessionários de serviços públicos	492
6.17	Responsabilidade por atos legislativos, regulamentares e jurisdicionais	493
6.18	Responsabilidade dos notários e registradores	494
6.19	Danos causados por agente fora do exercício da função	497
6.20	Responsabilidade pré-negocial	497
6.21	Responsabilidade subsidiária <i>versus</i> responsabilidade solidária	498
6.22	Responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas na Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	498
6.22.1	Desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção	499
6.23.	Reparação do dano pela via administrativa	500
6.24	Quadro sinótico	502
6.25	Questões	508
	Gabarito	535
7	LICITAÇÃO	537
7.1	Introdução	537
7.2	Finalidades da licitação	537
7.3	Conceitos doutrinários	538
7.4	Nosso conceito	538
7.4.1	Análise dos elementos conceituais	539
7.5	Natureza jurídica	540
7.6	Competência para legislar	540
7.7	Normatização infraconstitucional	541
7.8	Natureza jurídica da Lei n. 8.666/93	542
7.9	Fundamento constitucional do dever de licitar	543
7.10	Pressupostos da licitação	544
7.11	Extensão material do dever de licitar: objeto da licitação	544
7.12	Extensão pessoal do dever de licitar	545
7.12.1	Organizações sociais	546
7.12.2	Organizações da sociedade civil de interesse público	546
7.12.3	Entidades paraestatais	546
7.12.4	Conselhos de classe	547
7.12.5	Ordem dos Advogados do Brasil	547

7.12.6	Empresas estatais exploradoras de atividade econômica	547
7.12.7	Entidades que não se sujeitam ao dever de licitar	548
7.13	Princípios específicos da licitação	549
7.14	Incidência dos princípios gerais	550
7.15	Tipos de licitação	551
7.16	Modalidades licitatórias	552
7.16.1	Concorrência.....	554
7.16.2	Tomada de preços	554
7.16.3	Convite	555
7.16.4	Concurso.....	555
7.16.5	Leilão.....	556
7.16.6	Consulta	556
7.16.7	Pregão	557
7.16.7.1	Bens e objetos comuns.....	558
7.16.7.2	Hipóteses de vedação.....	560
7.16.7.3	Modalidades.....	560
7.16.7.4	Procedimento do pregão	560
7.16.8	Comparativo entre as modalidades.....	563
7.16.9	Licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)	566
7.17	Registro de preços	566
7.17.1	Carona em registro de preços	567
7.18	Registros cadastrais.....	568
7.19	Comissão de licitação	569
7.20	Fases da concorrência	569
7.20.1	Instrumento convocatório	570
7.20.2	Habilitação	572
7.20.3	Classificação.....	574
7.20.4	Homologação. Anulação e revogação. Responsabilidade pré-negocial	575
7.20.5	Adjudicação	576
7.21	Contratação direta.....	578
7.21.1	Dispensa de licitação.....	578
7.21.1.1	Licitação fracassada e licitação deserta.....	583
7.21.2	Inexigibilidade	584
7.21.3	Licitação vedada ou proibida.....	585
7.21.4	Licitação dispensada	585
7.21.5	Responsabilidade por superfaturamento	587
7.22	Crimes na Lei n. 8.666/93.....	587
7.23	Regime diferenciado de contratações públicas (RDC) – Lei n. 12.462, de 5 de agosto de 2011.....	588
7.24	Quadro sinótico	591
7.25	Questões.....	606
	Gabarito	638
8	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	639
8.1	Introdução	639
8.2	Conceitos doutrinários.....	639
8.3	Nosso conceito	641

8.4	Competência para legislar	641
8.5	Contratos da Administração e contratos administrativos	642
8.6	Contratos <i>versus</i> convênios.....	642
8.7	Prévia licitação.....	643
8.8	Normas aplicáveis.....	643
8.9	Características dos contratos administrativos	644
8.10	Diferenças em relação aos contratos privados	646
8.11	Sujeitos do contrato.....	647
8.12	Contratos em espécie.....	647
8.12.1	Contrato de obra pública.....	648
8.12.2	Contrato de fornecimento	649
8.12.3	Contrato de prestação de serviço.....	649
8.12.4	Contrato de concessão.....	650
8.12.4.1	Concessão de serviço público	650
8.12.4.1.1	Base legislativa.....	651
8.12.4.1.2	Natureza jurídica (controvérsia)	651
8.12.4.1.3	Conceito legislativo.....	651
8.12.4.1.4	Nosso conceito	652
8.12.4.1.5	Características da concessão de serviço público	653
8.12.4.1.6	Direitos e obrigações dos usuários	654
8.12.4.1.7	Encargos do poder concedente	654
8.12.4.1.8	Encargos da concessionária.....	655
8.12.4.1.9	Intervenção	656
8.12.4.1.10	Formas de extinção da concessão.....	656
8.12.4.1.11	Subconcessão.....	659
8.12.4.1.12	Serviços públicos passíveis de concessão.....	659
8.12.4.1.13	Reversão de bens.....	660
8.12.5	Permissão de serviço público	660
8.12.5.1	Permissão é ato ou contrato administrativo?.....	661
8.12.5.2	Hipóteses de uso da permissão de serviço público.....	662
8.12.6	Concessão precedida de obra pública	663
8.12.7	Concessão de uso de bem público.....	664
8.12.8	Contrato de gerenciamento.....	664
8.12.9	Contrato de gestão.....	664
8.12.10	Termo de parceria	665
8.12.11	Parceria público-privada (PPP).....	666
8.12.11.1	Abrangência da Lei n. 11.079/2004	667
8.12.11.2	Conceito e características	667
8.12.11.3	Diretrizes legais	668
8.12.11.4	Vedações à celebração de PPPs.....	669
8.12.11.5	Garantias	669
8.12.11.6	Modalidades	670
8.12.11.7	Sociedade de propósito específico (art. 9º).....	670
8.12.12	Consórcio público.....	671
8.12.12.1	Consórcios públicos da Lei n. 11.107/2005.....	671
8.12.12.1.1	Conceito e atribuições.....	672
8.12.12.1.2	Procedimento para celebração do consórcio	673

8.12.12.1.3	Regras especiais sobre licitações.....	674
8.12.13	Contrato de convênio.....	675
8.12.14	Contrato de credenciamento	675
8.12.15	Contrato de trabalhos artísticos.....	675
8.12.16	Contrato de empréstimo público.....	676
8.12.17	Contrato de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)	676
8.13	Formalização dos contratos administrativos.....	676
8.14	Cláusulas exorbitantes.....	677
8.14.1	Exigência de garantia	678
8.14.2	Alteração unilateral do objeto	678
8.14.3	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	679
8.14.4	Inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido	679
8.14.5	Rescisão unilateral	680
8.14.6	Fiscalização	680
8.14.6.1	Terceirização de mão de obra.....	681
8.14.7	Aplicação de penalidades.....	681
8.14.7.1	Existe ordem legal de penalidades?.....	682
8.14.7.2	Competência para aplicação da pena	682
8.14.8	Ocupação provisória (art. 58, V).....	682
8.15	Estudo do equilíbrio econômico-financeiro.....	683
8.15.1	Circunstâncias excepcionais que autorizam a revisão tarifária.....	684
8.15.2	Novos benefícios tarifários e equação econômico-financeira	686
8.16	Duração e execução dos contratos em geral. Responsabilidade por encargos previdenciários do contratado	686
8.16.1	Extinção.....	688
8.17	Extinção do contrato e dever de indenizar	688
8.18	Anulação do contrato e indenização	689
8.19	Crimes	689
8.20	Quadro sinótico	690
8.21	Questões.....	701
	Gabarito	729
9	AGENTES PÚBLICOS.....	731
9.1	Agentes públicos	731
9.2	Agentes políticos	731
9.2.1	Magistrados, promotores, procuradores da República e diplomatas....	732
9.3	Ocupantes de cargos em comissão	734
9.4	Contratados temporários.....	735
9.5	Agentes militares.....	736
9.6	Servidores públicos estatutários	736
9.7	Empregados públicos.....	739
9.7.1	Obrigatória motivação na dispensa de empregados por empresas públicas: jurisprudência do STF	740
9.8	Particulares em colaboração com a Administração (agentes honoríficos)	741
9.9	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	741
9.10	Concurso público.....	742

9.10.1	Conceito e natureza jurídica	742
9.10.2	Fundamentos	743
9.10.3	Concurso como “princípio” e suas exceções	743
9.10.4	Tipos de concurso.....	744
9.10.5	Direito sumular	745
9.10.6	Pressupostos para abertura do concurso.....	745
9.10.7	Validade do concurso.....	746
9.10.8	Direitos do candidato aprovado no concurso	746
9.10.9	Aprovação em concurso: expectativa de direito ou direito subjetivo à nomeação?.....	747
9.10.9.1	Resumindo os fatos jurídicos conversores.....	749
9.10.9.2	Instrumento processual apropriado para garantir o direito à nomeação.....	750
9.10.9.3	Servidor nomeado por decisão judicial não tem direito a indenização.....	750
9.10.10	Provimento em lotação com vacância potencial no futuro	750
9.10.11	Recusa de vaga e alocação no final da fila de aprovados.....	750
9.10.12	Concurso público e teoria da perda da chance	751
9.10.13	Princípio do livre acesso aos cargos públicos.....	751
9.10.14	Dever de intimação pessoal do candidato nomeado em concurso público	751
9.10.15	Tatuação pode desclassificar em concurso público?.....	752
9.11	Reserva de vagas para portadores de deficiência.....	754
9.11.1	Arredondamento de vagas	755
9.12	Análise do regime estatutário federal (Lei n. 8.112/90).....	755
9.12.1	Linha do tempo	756
9.12.2	Cargo público.....	756
9.12.2.1	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas	756
9.12.2.2	Conceitos de servidor público e provimento	757
9.12.2.3	Nomeação	758
9.12.2.4	Promoção	758
9.12.2.5	Readaptação	759
9.12.2.6	Reversão	759
9.12.2.7	Aproveitamento.....	760
9.12.2.8	Reintegração.....	760
9.12.2.9	Recondução	761
9.12.2.10	Formas de provimento que são direitos constitucionais de qualquer servidor estatutário e formas de provimento que exigem previsão no respectivo estatuto	761
9.12.3	Posse.....	762
9.12.4	Exercício.....	762
9.12.5	Estágio probatório	763
9.12.6	Confirmação	765
9.12.7	Estabilidade.....	765
9.12.7.1	Tipos de estabilidade (art. 19 do ADCT)	766
9.12.7.2	Disponibilidade.....	767
9.12.8	Saída do cargo	767

9.13	Vacância.....	768
9.14	Remoção	768
9.15	Redistribuição	769
9.16	Direitos e vantagens do servidor	769
9.17	Vencimento e remuneração.....	769
	9.17.1 Regime de subsídios.....	771
	9.17.1.1 Exigência de lei para fixar ou alterar remuneração de servidores públicos	772
9.18	Indenizações	772
9.19	Retribuições, gratificações e adicionais	773
9.20	Férias.....	774
9.21	Licenças.....	774
9.22	Afastamentos e concessões.....	775
9.23	Direito de petição.....	775
9.24	Direito de greve. Policiais não podem fazer greve	776
9.25	Tetos remuneratórios.....	776
	9.25.1 Exceção ao teto remuneratório	777
9.26	Previdência dos servidores	778
9.27	Regime disciplinar.....	779
9.28	Deveres do servidor.....	779
9.29	Proibições aplicáveis ao servidor.....	779
9.30	Sêxtupla responsabilidade dos servidores públicos.....	780
9.31	Processo disciplinar	782
	9.31.1 Requisitos para composição da comissão processante.....	784
	9.31.2 Penalidades.....	784
	9.31.3 Competência para aplicação das sanções disciplinares.....	785
	9.31.4 Reabilitação. Revisão. Proibidos de retornar ao serviço público	786
9.32	Quadro sinótico	787
9.33	Questões.....	808
	Gabarito	840
10	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	841
10.1	Introdução	841
10.2	Base constitucional.....	842
10.3	Defesa constitucional da moralidade administrativa	843
10.4	Competência para legislar sobre improbidade administrativa.....	844
10.5	Abrangência e natureza da Lei n. 8.429/92. Atos praticados antes da vigência da LIA	844
10.6	Sujeito passivo do ato de improbidade.....	844
10.7	Sujeito ativo do ato de improbidade.....	845
	10.7.1 Particulares sujeitos à LIA (improbidade imprópria) e o “caso Guilherme Fontes”	847
	10.7.1.1 Ação de improbidade particular <i>versus</i> particular?.....	848
	10.7.2 A questão dos agentes políticos	849
	10.7.3 Teoria da ignorância deliberada (“willful blindness”) ou “teoria do avestruz” (“ostrich instructions”)	851
	10.7.4 Responsabilização do parecerista e do consultor jurídico.....	852

10.8	Espécies de ato de improbidade	852
10.8.1	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º)	853
10.8.1.1	Sanções cabíveis.....	855
10.8.2	Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10)	855
10.8.2.1	Sanções cabíveis.....	857
10.8.3	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).....	857
10.8.3.1	Sanções cabíveis.....	858
10.8.4	Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário (art. 10-A)	858
10.9	Atos de improbidade tipificados no Estatuto da Cidade.....	859
10.10	Categorias de atos de improbidade.....	860
10.11	Declaração de bens	862
10.12	Improbidade administrativa e princípio da insignificância. Meras irregularidades.....	862
10.12.1	Improbidade tentada.....	862
10.13	Procedimento administrativo. Medidas cautelares	863
10.14	Ação judicial de improbidade	865
10.14.1	Ação de improbidade e independência das instâncias.....	867
10.15	Dosimetria da pena. A função das penas cíveis (STJ)	868
10.16	Improbidade e devido processo legal.....	869
10.17	Prescrição.....	869
10.18	A questão da necessidade de dolo nas condutas.....	871
10.19	Condenação por improbidade e Lei da Ficha Limpa	872
10.20	Danos morais na ação de improbidade	873
10.21	Quadro Sinótico.....	874
10.22	Questões.....	880
	Gabarito	904
11	RELAÇÃO JURÍDICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	905
11.1	Introdução	905
11.2	Vantagens da teoria	905
11.3	Conceitos doutrinários.....	906
11.3.1	Critério subjetivo	907
11.3.2	Critério misto.....	907
11.3.3	Critério formal.....	907
11.4	Nosso conceito	908
11.5	Diversas classificações das relações jurídico-administrativas.....	908
11.5.1	Quanto ao alcance	908
11.5.2	Quanto à estrutura	908
11.5.3	Quanto à presença da Administração.....	908
11.5.4	Quanto ao objeto.....	909
11.5.5	Quanto à duração.....	909
11.5.6	Quanto às partes envolvidas.....	909

11.5.7	Quanto à reciprocidade.....	909
11.5.8	Quanto aos efeitos.....	909
11.5.9	Quanto à posição das partes.....	910
11.5.10	Quanto ao nível de organização.....	910
11.5.11	Quanto ao regime jurídico.....	911
11.6	Status.....	911
11.7	Situações subjetivas no Direito Administrativo.....	912
11.8	Diversas modalidades de poderes.....	912
11.8.1	Direito subjetivo.....	913
11.8.2	Potestade ou poder <i>stricto sensu</i>	913
11.8.3	Interesse legítimo.....	914
11.8.4	Interesse simples.....	914
11.8.5	Expectativa de direito.....	914
11.8.6	Poderes-deveres.....	914
11.8.7	Prerrogativas funcionais.....	914
11.8.8	Direito adquirido.....	915
11.9	Diversas modalidades de deveres.....	915
11.9.1	Obrigação.....	915
11.9.2	Dever <i>stricto sensu</i>	915
11.9.3	Sujeição.....	915
11.9.4	Encargo.....	915
11.9.5	Ônus.....	916
11.9.6	Carga.....	916
11.10	Nascimento das relações jurídico-administrativas.....	916
11.11	Modificação das relações jurídico-administrativas.....	917
11.12	Extinção das relações jurídico-administrativas.....	917
11.13	Quadro sinótico.....	918
11.14	Questão.....	922
	Gabarito.....	922
12	BENS PÚBLICOS.....	923
12.1	Divergência conceitual.....	923
12.2	Disciplina no Código Civil.....	924
12.3	Domínio público.....	926
12.4	<i>Res nullius</i>	929
12.5	Bens públicos da União.....	929
12.6	Bens públicos dos Estados.....	930
12.7	Bens públicos do Distrito Federal.....	930
12.8	Bens públicos dos Municípios.....	930
12.9	Bens públicos dos Territórios Federais.....	930
12.10	Bens públicos da Administração Indireta.....	931
12.11	Bens públicos de concessionários e permissionários.....	931
12.12	Classificação.....	931
12.12.1	Bens de uso comum do povo.....	932
12.12.2	Bens de uso especial.....	932
12.12.3	Bens dominicais.....	933

12.13	Bens públicos necessários e bens públicos acidentais.....	935
12.14	Atributos	935
12.15	Requisitos para alienação dos bens públicos.....	936
12.16	Afetação e desafetação.....	937
12.17	Patrimônio público disponível e patrimônio público indisponível.....	938
12.18	Formas de uso	939
12.19	Concessão, permissão e autorização	939
	12.19.1 Banca de jornal: permissão ou autorização?.....	941
12.20	Aforamento público	942
12.21	Formas de aquisição e alienação	943
12.22	Quadro sinótico	944
12.23	Questões.....	949
	Gabarito	967
13	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	969
13.1	Fundamento geral.....	969
13.2	Requisitos para cumprimento da função social	969
13.3	Formas supressivas e formas não supressivas de domínio	970
13.4	Formas ilícitas de intervenção estatal na propriedade?.....	970
13.5	Procedimentos, atos e fatos interventivos na propriedade privada.....	970
13.6	“Autointervenção” na propriedade?	971
13.7	Desapropriação.....	972
13.8	Confisco.....	972
13.9	Perdimento de bens	973
13.10	Poder de polícia (limitação administrativa)	973
13.11	Servidão administrativa	975
	13.11.1 Poder de polícia <i>versus</i> servidão administrativa	976
13.12	Tombamento.....	977
	13.12.1 Tombamento de uso	979
13.13	Requisição	979
	13.13.1 Requisição com perda de domínio?.....	980
13.14	Ocupação temporária	981
13.15	Quadro comparativo dos instrumentos de intervenção.....	982
13.16	Quadro sinótico	983
13.17	Questões.....	988
	Gabarito	1010
14	DESAPROPRIAÇÃO	1011
14.1	Introdução	1011
14.2	Fundamentos jurídico-políticos.....	1011
14.3	Competências para legislar, desapropriar e promover desapropriação	1012
14.4	Base constitucional.....	1013
14.5	Normatização infraconstitucional	1013
14.6	Conceitos doutrinários.....	1014
14.7	Nosso conceito	1015
14.8	Forma originária de aquisição da propriedade.....	1016
14.9	Institutos afins.....	1017

14.10	Fundamentos normativos da desapropriação	1018
14.10.1	Necessidade pública.....	1018
14.10.2	Utilidade pública	1019
14.10.3	Interesse social	1020
14.10.3.1	Desapropriação por interesse social de competência comum? ..	1021
14.11	Objeto da desapropriação	1023
14.12	Exceções à força expropriante.....	1024
14.13	Espécies de desapropriação	1025
14.13.1	Desapropriação para reforma agrária (art. 184 da CF)	1026
14.13.1.1	Procedimento da desapropriação rural	1027
14.13.2	Desapropriação para política urbana (art. 182, § 4º, III, da CF)	1029
14.13.3	Desapropriação de bens públicos	1030
14.13.4	Desapropriação indireta ou arrendamento administrativo	1031
14.13.5	Desapropriação por zona.....	1032
14.13.6	Desapropriação ordinária <i>versus</i> desapropriação extraordinária	1033
14.13.7	Desapropriação confiscatória	1033
14.14	Fases da desapropriação	1033
14.15	Ação de desapropriação e imissão provisória	1035
14.16	Retrocessão (art. 519 do CC).....	1037
14.17	Indenização	1039
14.17.1	Indenização do locatário pela perda do fundo de comércio	1040
14.18	Desistência da desapropriação.....	1040
14.19	Direito de extensão.....	1041
14.20	Quadro sinótico	1042
14.21	Questões.....	1051
	Gabarito	1066
15	ESTATUTO DA CIDADE	1067
15.1	Introdução	1067
15.2	Natureza jurídica do Estatuto da Cidade.....	1067
15.3	Diretrizes gerais da política urbana.....	1068
15.4	Instrumentos da política urbana	1069
15.4.1	Parcelamento, edificação ou utilização compulsória.....	1071
15.4.2	IPTU progressivo no tempo.....	1071
15.4.3	Desapropriação urbanística.....	1071
15.4.4	Usucapião especial de imóvel urbano	1072
15.4.5	Direito de superfície	1072
15.4.6	Direito de preempção.....	1073
15.4.7	Outorga onerosa do direito de construir.....	1073
15.4.8	Operações urbanas consorciadas	1074
15.4.9	Transferência do direito de construir	1074
15.4.10	Estudo de impacto de vizinhança	1075
15.4.11	Plano diretor.....	1075
15.5	Gestão democrática da cidade	1076
15.6	Quadro sinótico	1077
15.7	Questões.....	1081
	Gabarito	1085

16	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1087
16.1	Serviços públicos e domínio econômico.....	1087
16.2	Conceito de serviço público.....	1088
16.3	Serviços públicos <i>uti universi</i> e <i>uti singuli</i>	1089
16.4	Nosso conceito.....	1090
16.5	Titularidade do serviço público.....	1091
16.6	Serviços públicos federais, estaduais, municipais e distritais.....	1092
16.6.1	Serviços notariais e de registro.....	1093
16.7	Princípios do serviço público.....	1095
16.8	Serviços essenciais.....	1198
16.9	Formas de prestação.....	1198
16.10	Responsabilidade do prestador de serviços públicos.....	1100
16.11	Formas de remuneração.....	1100
16.12	Classificação dos serviços públicos.....	1100
16.13	Direitos do usuário.....	1102
16.14	Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos – Lei n. 13.460/2017.....	1102
16.15	Quadro sinótico.....	1105
16.16	Questões.....	1110
	Gabarito.....	1125
17	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1127
17.1	Serviço público <i>versus</i> atividade econômica.....	1127
17.2	Conceitos de domínio econômico e ordem econômica.....	1128
17.3	Princípios da ordem econômica.....	1128
17.4	Natureza tripartite das atividades econômicas.....	1129
17.5	Regime jurídico da atividade econômica.....	1129
17.6	Funções do Estado na ordem econômica.....	1129
17.6.1	A força interna vinculante do planejamento estatal.....	1129
17.7	Atividades estatais interventivas no domínio econômico.....	1129
17.7.1	Exploração direta de atividade econômica pelo Estado.....	1130
17.7.1.1	Personificação e exercício direto.....	1130
17.7.2	Polícia da economia.....	1130
17.7.2.1	Tributos interventivos. Cides.....	1132
17.7.3	Fomento a setores econômicos.....	1132
17.8	Atividades econômicas sob monopólio.....	1132
17.9	Infrações contra a ordem econômica.....	1133
17.10	Quadro sinótico.....	1137
17.11	Questões.....	1139
	Gabarito.....	1143
18	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	1145
18.1	Conceito.....	1145
18.2	Objetivos.....	1145
18.3	Natureza jurídica.....	1145
18.4	Classificação.....	1145
18.5	Controle administrativo.....	1147
18.5.1	Recurso hierárquico próprio e impróprio.....	1147
18.6	Controle legislativo.....	1148

18.6.1	Tribunais de Contas.....	1149
18.6.1.1	Natureza jurídica dos Tribunais de Contas.....	1151
18.6.1.2	Simetria de regime entre os Tribunais de Contas e o Poder Judiciário.....	1151
18.6.1.3	Indispensabilidade da função dos Tribunais de Contas.....	1152
18.6.1.4	Características do processo de controle.....	1152
18.6.1.5	Alcance da imputação de débito.....	1152
18.6.1.6	Competência fiscalizadora e corretiva em procedimentos licitatórios.....	1153
18.7	Controle judicial.....	1153
18.8	Prescrição no Direito Administrativo.....	1155
18.9	Coisa julgada administrativa.....	1155
18.10	Quadro sinótico.....	1157
18.11	Questões.....	1160
	Gabarito.....	1172
19	PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1173
19.1	Processo administrativo na CF/88.....	1173
19.2	Lei do Processo Administrativo – n. 9.784/99.....	1173
19.2.1	Incidência da Lei n. 9.784/99 sobre outras entidades federativas.....	1174
19.3	Processo ou procedimento administrativo?.....	1174
19.4	Espécies de processo administrativo.....	1175
19.5	Princípios do processo administrativo.....	1175
19.6	Conceitos de órgão, entidade e autoridade.....	1176
19.7	Direitos do administrado.....	1176
19.8	Deveres do administrado.....	1177
19.9	Instauração do processo.....	1177
19.10	Legitimados para o processo administrativo.....	1177
19.11	Da competência.....	1178
19.12	Impedimentos e suspeição no processo administrativo.....	1179
19.13	Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	1179
19.14	Comunicação dos atos.....	1180
19.15	Instrução do processo.....	1180
19.16	Dever de decidir.....	1181
19.17	Desistência.....	1181
19.18	Recursos administrativos.....	1181
19.18.1	Permissão da <i>reformatio in pejus</i>	1182
19.19	Dos prazos.....	1182
19.20	Quadro sinótico.....	1183
19.21	Questões.....	1188
	Gabarito.....	1203
20	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000).....	1205
20.1	Justificativa.....	1205
20.2	Bases constitucionais.....	1205
20.3	Contexto histórico.....	1206
20.4	Compatibilidade com a Lei n. 4.320/64.....	1207
20.5	Objetivos da LRF e pressupostos da responsabilidade fiscal.....	1207

20.6	Natureza jurídica e âmbito de aplicação da LRF	1208
20.7	Conceito de receita corrente líquida	1208
20.8	Planejamento e sistema orçamentário na LRF.....	1208
20.9	Previsão e arrecadação da receita pública.....	1209
20.10	Renúncia de receita	1210
20.11	Geração de despesa pública.....	1211
20.12	Despesa obrigatória de caráter continuado.....	1211
20.13	Despesas com pessoal	1212
20.14	Controle da despesa total com pessoal.....	1213
20.15	Quadro sinótico	1215
20.16	Questões.....	1218
	Gabarito	1227
	Bibliografia.....	1229